

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BÁRBARA TAINÁ DE SOUZA

ESCOLA DE CHICAGO E IMIGRAÇÃO ITALIANA
ANÁLISE COMPARATIVA COM O BRASIL

CURITIBA

2018

BÁRBARA TAINÁ DE SOUZA

ESCOLA DE CHICAGO E IMIGRAÇÃO ITALIANA
ANÁLISE COMPARATIVA COM O BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Rui Carlo Dissenha.

CURITIBA

2018

*O joelho na Universidade,
Saudade...*

Mário de Andrade

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as correntes migratórias de italianos em direção aos Estados Unidos e ao Brasil na virada do século XX. Essa análise comparativa terá como base teórica a Escola de Chicago, para que, por meio de seus conceitos – como desorganização social e *gradient tendency* – seja possível observar a diferença de comportamentos que os imigrantes apresentaram quando da chegada nesses dois países.

Palavras-chave: Escola de Chicago. Imigração italiana. Estados Unidos. Brasil. Desorganização social.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the migratory currents of Italians towards the United States and Brazil at the turn of the 20th century. This comparative analysis will have as theoretical basis the Chicago School, so that through its concepts – such as social disorganization and gradient tendency – we can observe the difference of behaviors that the immigrants presented at their arrival in these two countries.

Keywords: Chicago School. Italian immigration. United States. Brazil. Social disorganization.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	ESCOLA DE CHICAGO.....	1
2.1	ORIGENS HISTÓRICAS E METODOLOGIA.....	1
2.2	ECOLOGIA CRIMINAL E DESORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	4
2.3	DESORGANIZAÇÃO SOCIAL E IMIGRAÇÃO ITALIANA.....	11
3	IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL.....	15
3.1	CHEGADA.....	15
3.2	ITALIANOS E CONTROLE SOCIAL NO BRASIL AGRÍCOLA.....	16
4	CONCLUSÃO.....	21
5	REFERÊNCIAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

A questão dos imigrantes é sempre atual. As ondas migratórias podem variar o local de origem e destino, mas nunca cessam no panorama mundial. As guerras e crises humanitárias constantemente forçam as pessoas a emigrarem em busca de melhores condições.

Portanto, o estudo dos fluxos migratórios italianos da virada do século XX para os Estados Unidos e Brasil pode se mostrar útil. A maneira como esses imigrantes foram recebidos nesses dois países, bem como as condições que encontraram provocaram diferentes tipos de comportamento.

A Escola de Chicago, por ter surgido no mesmo período em que os imigrantes buscavam nova vida na América no Brasil e, por ter se dedicado a estudar empiricamente o ambiente e indivíduos que nele vivem, se torna base teórica imprescindível para essa análise comparativa.

Os imigrantes constituíram grupo de elevado interesse por parte dos teóricos da Escola de Chicago, não só porque estavam chegando às centenas de milhares na cidade, mas porque possuem características muito próprias, trazidas de um contexto cultural muito diferente e que entrou em conflito com os costumes americanos.

A análise da chegada dos italianos ao Brasil no mesmo período, posterior à abolição da escravatura, é interessante não apenas a título de comparação, mas de aplicação dos conceitos da Escola de Chicago ao ambiente brasileiro, demonstrando como as políticas de recepção aos imigrantes podem mudar o lugar que eles ocupam no novo país.

2 ESCOLA DE CHICAGO

2.1 ORIGENS HISTÓRICAS E METODOLOGIA

A Escola de Chicago, uma das escolas de pensamento sociológico mais reconhecida mundialmente, tem sua origem cindida à fundação da Universidade de

mesmo nome, em 1890¹. O surgimento da Universidade de Chicago foi oportunizado pelos industriais da cidade, que investiram pesado na fundação de uma instituição que faria frente às outras Universidades dos Estados Unidos. O apoio financeiro de nomes como Rockefeller - que desejavam que a cidade de Chicago, em franco desenvolvimento econômico, também se desenvolvesse culturalmente - proporcionou o pagamento de salários muito superiores aos que as outras universidades podiam pagar aos professores, atraindo acadêmicos de todo o país.²

Em seguida, [William Rainey Harper, então presidente da Universidade] convidou Albion Woodbury Small para chefiar o Departamento de Sociologia. Inúmeros professores renomados foram trazidos de outros centros de estudos ou foram formados na própria Universidade de Chicago. William Thomas, Robert Park, Ernest Burgess, Roderick Mckenzie são alguns dos muitos nomes que produziram por um largo período (de 1890 a 1950) (SHECAIRA, 2013, p. 130).

Contemporâneo à fundação da Universidade de Chicago foi o surgimento do seu Departamento de Sociologia, onde despontariam os teóricos da Escola de Chicago (William I. Thomas, Robert Park, Ernest Burgess, Roderick Mckenzie, Clifford Shaw, Henry D. McKay, Florian Znaniecki, George Herbert Mead, C. Wright Mills, entre outros). A ampla liberdade de pesquisa, a criação de uma editora da própria Universidade, bem como a massiva produção acadêmica e os grandes nomes do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago contribuíram para que os estudos sociais ali desenvolvidos ganhassem protagonismo nacional³, tornando-o o mais produtivo e relevante já na década de 10.⁴

Além disso, Chicago apresentava, desde a virada do século XX, vertiginoso crescimento industrial e populacional.

Quando, no outono de 1892, surgiu a Universidade de Chicago⁵, a cidade tornara-se, juntamente com Nova York e Filadélfia, uma das três maiores cidades americanas, com uma assombrosa taxa de crescimento, o povoado que contava com 4.470 habitantes no recenseamento de 1840, e representava então a fronteira oeste dos Estados Unidos, tinha 1 milhão e cem mil, cinquenta anos depois, em 1890, e chegaria a ter cerca de 3 milhões e meio em 1930 (COULON, 1995, p. 11).

Essa soma de fatores (ambiente universitário frutífero, forte industrialização, acentuado fluxo populacional – principalmente de imigrantes), criou um ambiente

¹ SHECAIRA, 2013, p. 130.

² Op. cit.

³ Op. cit.

⁴ COULON, 1995, p. 12.

⁵ A Universidade de Chicago abriu suas portas em 1890, mas só em 1892 passou a admitir alunos. (SHECAIRA, 2013, p. 130).

propício para que uma nova linha de pensamento sociológico fosse criada. Surgiu, assim, a posteriormente batizada Escola de Chicago, que basearia seus estudos em análises empíricas.⁶

A principal característica dessa escola de pensamento é a observação do ambiente da própria cidade e suas rápidas e conflituosas transformações para o desenvolvimento de suas teorias. O fato de a cidade ter atraído número expressivo de imigrantes europeus⁷ também contribuiu para que esse fosse um tema recorrente e, muitas vezes, principal dos estudiosos do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago durante as décadas de 1910 a 1940.⁸

A Escola de Chicago é uma sociologia urbana, que realizou uma série impressionante de estudos sobre os problemas que enfrentava a cidade de Chicago; mas, sobretudo, consagrou grande parte de seus trabalhos a um problema político e social mais importante, que à época preocupava todas as grandes cidades americanas e ultrapassava os limites de uma sociologia de cidades: o da imigração e da assimilação de milhões de imigrantes à sociedade americana (COULON, 1995, p. 7).

Os pesquisadores da Escola de Chicago, percebendo o rico ambiente de conflitos e transformações em que se encontravam, não se furtaram de realizar análises empíricas dos grupos sociais. Os chamados *social surveys*, ou inquéritos sociais, foram um dos elementos sob os quais se construiu a Escola. Eles eram produzidos por meio de interrogatórios realizados por uma equipe sobre um determinado grupo social, escolhido de acordo com o interesse do pesquisador.⁹ Além dessa análise dos grupos sociais como um todo para a coleta de dados, os pesquisadores também faziam estudos biográficos de casos individuais.¹⁰ Clifford R. Shaw acreditava que esse era um método de “particular importância no diagnóstico e tratamento nos casos de delinquência.” (SHECAIRA, 2013, p. 137) A proximidade dos teóricos com um ambiente em constante transformação, sua metodologia única, qual seja, “uma abordagem etnográfica que envolvia a necessidade de falar com, viver com (‘observação participativa’), e conhecer as pessoas sobre as quais se está

⁶ COULON, 1995, p. 11.

⁷ “O crescimento populacional não foi feito só com o crescimento demográfico, mas também com a chegada de imigrantes estrangeiros em busca de trabalho: alemães, italianos, poloneses, gregos, holandeses, escandinavos, tchecos, lituanos, judeus, etc. Em 1900, metade da população de Chicago havia nascido fora dos Estados Unidos.” (SHECAIRA, 2013, p.130).

⁸ COULON, 1995, p. 7.

⁹ SHECAIRA, 2013, p. 136.

¹⁰ Op. cit.

escrevendo”, como descreve Dario Melossi (2008, p.104), caracterizam a Escola de Chicago.

Nas palavras de Sérgio Salomão Shecaira (2013, p. 137), “a escola de Chicago tem uma perspectiva transdisciplinar que discute múltiplos aspectos da vida humana, todos eles relacionados com a vida da cidade.” O estudo da criminalidade pela Escola de Chicago é também é indissociável, como se verá, do ambiente urbano e sua geografia de grupos e comportamentos sociais.

Essa necessidade de se falar em cidades, no plural, alinha-se à ideia central do pensamento ecológico, segundo o qual a cidade não é somente um amontoado de homens individuais e de convenções sociais decorrentes do agrupamento humano. (...) Essa instituição é evidentemente maior do que a estrutura física (ruas, avenidas e praças), ela tem uma ordem moral decorrente das manifestações culturais daqueles que habitam a cidade (SHECAIRA, 2013, p. 139).

A análise da cidade, portanto, parte das pessoas e grupos sociais que a compõe. A força industrializadora e progressista que atrai as pessoas ao meio urbano em busca de trabalho e melhores condições de vida é a mesma que as agrupa em camadas e níveis sociais diferentes. Desses grupos surgem conflitos de identidade individual e de estrato. É nessa geografia de agrupamentos e comportamentos sociais que a Escola de Chicago se aprofundou, resultando na criação dos conceitos de ecologia criminal e desorganização social.

2.2 ECOLOGIA CRIMINAL E DESORGANIZAÇÃO SOCIAL

Do estudo empírico da cidade de Chicago e suas zonas de criminalidade, os pesquisadores da Escola de Chicago – principalmente William Thomas, Robert Park, Ernest Burgess, Roderick Mckenzie, Clifford R. Shaw e Henry D. McKay – desenvolveram os conceitos de Ecologia Criminal e Desorganização Social. A teoria ecológica parte da ideia de que, nas palavras de Melossi (2008), o ambiente sociocultural no qual um grupo se encontra determina o tipo de comportamento que prevalece nele. E o ambiente sociocultural é, por sua vez, estritamente ligado a fatores econômicos e sociais.¹¹ Em síntese, a ecologia criminal é a noção de que vários tipos de patologia social não derivam das qualidades pertencentes ao indivíduo em si, mas

¹¹ MELOSSI, 2008, p. 110.

das qualidades das áreas onde esses indivíduos residem.¹² Por ser o berço dessas expressões, há autores que defendem que a Escola de Chicago seja sinônimo de ecologia criminal e desorganização social.¹³

Quer porque foi elaborada e difundida a partir da Universidade de Chicago, quer ainda por Chicago ter sido o seu campo privilegiado de comprovação e aplicação. O que faz com que a experiência urbana de Chicago e a sua interpretação teórica assumam, a este propósito, um papel de paradigma (ANDRADE; DIAS, 1997, p. 268).

De fato, não fosse o vertiginoso crescimento industrial, urbano e populacional da cidade de Chicago, talvez não houvesse campo tão rico para o desenvolvimento desses conceitos-chave. Clifford R. Shaw e Henry D. McKay em particular estabeleceram um relacionamento entre a estrutura espacial de Chicago, os agrupamentos de imigrantes e os indicadores de várias “patologias sociais”, como a taxa de criminalidade.¹⁴

A imensidão da cidade provoca uma ruptura de controle a que o indivíduo estava acostumado. Os grandes conglomerados urbanos permitiram um fenômeno até então desconhecido em pequenas comunidades: o anonimato. O volume de pessoas e relações se tornou tão exponencial para quem passou a viver nos centros urbanos que o indivíduo perdeu sua identidade.¹⁵

A explosão de crescimento da cidade, que se expande em círculos do centro para a periferia, cria graves problemas sociais, trabalhistas, familiares, morais e culturais que se traduzem em um fermento conflituoso, potencializador da criminalidade. A inexistência de mecanismos de controle social e cultural permite o surgimento de um meio social desorganizado e criminógeno que se distribui diferenciadamente pela cidade (SHECAIRA, 2013, p. 131).

A principal diferença entre a cidade e o meio rural é justamente a sobrecarga. Os meios urbanos são caracterizados pela sobrecarga de moradores, sejam de imigrantes ou migrantes, todos em busca de condições melhores prometidas pelo progresso industrial. Da sobrecarga de moradores, onde não é mais possível que todos se conheçam e criem laços entre si, surge o anonimato, que não só causa no indivíduo a perda de identidade, mas também proporciona que ele adote comportamentos que com o controle social seriam refreados. A organização de família rural que o indivíduo conhecia entra em conflito se diluí em face da grande cidade e

¹² MELOSSI, 2008, p. 111.

¹³ “Por isso é que alguns autores preferem a designação, igualmente corrente, de escola de Chicago que, além do mais, tem a seu favor razões de índole histórica.” (ANDRADE; DIAS, 1997, p. 268)

¹⁴ MELOSSI, 2008, p. 111.

¹⁵ Op. cit., p.140.

das práticas de consumo urbanas.¹⁶ Quando o indivíduo sai da sua comunidade rural, ele automaticamente perde a opinião pública (da vigilância proporcionada pelos vizinhos e familiares) e, como consequência, há um declínio da solidariedade comunitária.¹⁷ O que a Ecologia Criminal mostra é que, dependendo da zona geográfica da cidade em que esse indivíduo se encontra, ele tem mais chances de adotar comportamentos criminais. Porém, é importante enfatizar que Shaw e McKay, responsáveis por relacionar as taxas de criminalidade às zonas da cidade, não defendiam o caráter criminógeno da própria área em si¹⁸, mas muito mais dos fatores relacionados àquele ambiente e à desorganização social causada pelo ambiente urbano. Nesse aspecto eles se diferenciam das teorias de Lombroso, que defendia a ideia de uma “área delinvente” nata¹⁹.

A ecologia criminal, porém, não se restringe à antinomia meio rural e urbano.²⁰ Muito mais do que isso, ela estuda o comportamento e adaptação dos indivíduos no meio em que se encontram, diante das condições que ele oferece. Tanto que os pesquisadores da Escola de Chicago transpuseram as teorias ecológicas do campo da biologia para o campo social²¹, adaptando seus conceitos diante de estudos sociais empíricos. Thomas, Park e Burgess adotaram perspectivas de crime como fenômeno sociológico-estatístico, dando ênfase a dados e cartografia, bem como o estudo das respostas do indivíduo em face às pressões do ambiente (donde vieram os estudos biográficos).²² A cidade, por si só, já justifica a criação da ecologia criminal. Os grandes centros urbanos possuem recursos limitados que são distribuídos desigualmente entre indivíduos em constante e franco crescimento populacional.²³ Shecaira (2013) defende que a vida urbana é caracterizada não apenas pela constante necessidade de adaptação dos indivíduos, mas principalmente pela sobrecarga de pessoas. Essa sobrecarga é mais importante do que a alta densidade e heterogeneidade urbana, de acordo com o autor, quando se estuda a ecologia criminal.²⁴

As diferentes formas de adaptação das pessoas à cidade têm uma mesma consequência e resultado: a implicação moral e social das pessoas em um

¹⁶ COULON, 1995, p. 36.

¹⁷ Op. cit.

¹⁸ ANDRADE; DIAS, 1997, p. 277.

¹⁹ Op. cit.

²⁰ Op. cit., 270.

²¹ Op. cit., p. 271.

²² Op. cit.

²³ SHECAIRA, 2013, p. 140.

²⁴ Op. cit.

permanente processo interativo com a cidade. Nas grandes cidades cria-se um permanente anonimato. Esta é um resposta à sobrecarga cognoscitiva e não tem porque ser uma característica exclusivamente negativa. O anonimato proporciona, evidentemente, uma maior liberdade de postura pessoal, ao mesmo tempo em que pode vir a criar alienação e isolamento. Proporciona mais autorresponsabilidade, da mesma forma que permite eliminar os freios de controle exercidos pelo entorno (SHECAIRA, 2013, p. 140).

O anonimato e constante atrito em busca de recursos gera nos indivíduos que vivem na cidade uma postura de impessoalidade e, como consequência, individualismo.²⁵ Essa postura individualista, para a Escola de Chicago, terá importantes consequências no aspecto da criminalidade.²⁶

Com o passar do tempo, as cidades vão se desenvolvendo e com isso, determinadas áreas passam a guardar as características daqueles que as habitam.²⁷ As quadras e bairros passam a assumir a personalidade de quem os ocupa e os homens passam a se organizar em determinados grupos e se reconhecer na vizinhança.²⁸ O estreitamento de laços entre vizinhos permite que eles passem a reconhecer entre si os hábitos, inclusive os horários rotineiros de quem vive na mesma rua, gerando um espécie de vigilância, de “policia natural”.²⁹ Não só aqueles que vivem uns perto dos outros formam um grupo coeso e característico, como aqueles que são excluídos da sociedade se unem em busca de compreensão e identidade.³⁰

Muitas vezes uma região moral surge em face da segregação do pobre, do viciado, do excêntrico, do desajustado ou do criminoso. (...) A associação com pessoas que possuem identidade proporciona não só um estímulo, mas também um suporte moral para os traços que têm em comum, suporte que não encontrariam em uma sociedade menos selecionada (SHECAIRA, 2013, p.142).

Outro conceito importante quando se analisa as cidades por meio da ecologia criminal é o da mobilidade.³¹ A organização ecológica traz em si uma constante transformação, com indivíduos que vão migrando para outras da zonas da cidade. O progresso da cidade e, como consequência, dos indivíduos, proporciona a mudança de uma zona à outra. A ascensão social do indivíduo é quase sempre acompanhada de mudança de endereço.³² A mobilidade se difere da fluidez, na medida em que na

²⁵ SHECAIRA, 2013, p. 141.

²⁶ Op. cit.

²⁷ Op. cit.

²⁸ Op. cit.

²⁹ Op. cit.

³⁰ Op. cit., p.142.

³¹ SHECAIRA, 2013, p. 142.

³² Op. cit.

fluidez é um “movimento sem modificação da posição ecológica” (SHECAIRA, 2013, p. 142). E quanto maior é a mobilidade, menor é o controle social exercido sobre o indivíduo, uma vez que há enfraquecimento das relações de vizinhança. A ruptura de vínculos locais tem como consequência o aumento das condutas delituosas, já que o indivíduo se torna consciente da ausência de opinião pública e vigilância dos vizinhos. Por isso as áreas de mobilidade, como estudadas pela Escola de Chicago, desenvolvem ambientes de promiscuidade, vício e criminalidade.³³ Para os teóricos da escola, a mobilidade social, somada à divisão de trabalho, acabou por destruir as formas clássicas de controle social (família, vizinhança, grupos comunitários).³⁴

(...) e ainda mais sob os efeitos da imigração, um grupo social antes organizado começa a desorganizar-se para em seguida reorganizar-se, sem por isso assimilar-se totalmente ao grupo que o acolhe, na medida em que podem sobreviver paralelamente formas culturais atenuadas do grupo original, cujos valores, no entanto, são menos restritivos (COULON, 1997, p. 36).

A reorganização que acontece entre os grupos, apesar de ter aspecto positivo, não é suficiente para a identificação do indivíduo, que permanece afastado dos laços comunitários.³⁵ A ruptura dos vínculos entre a comunidade, que está em constante mudança, bem como as restrições e limitações dos grupos primários dos indivíduos são em grande parte as responsáveis pelas condutas delituosas nos grandes centros urbanos.³⁶ Porém, é importante ressaltar que nem todas as manifestações de desvios são consequência da desorganização social. Há também desvios individuais.³⁷ Thomas e Znaniecki diferenciavam a desorganização social da desorganização individual, a que chamavam de desmoralização.³⁸

Outro conceito essencial para se entender a Escola de Chicago e a Desorganização Social é o *gradient tendency*. Para os teóricos dessa escola, uma cidade se desenvolve em círculos concêntricos, formados por zonas ou anéis a partir de uma área central.³⁹ De acordo com Shaw e McKay, na medida em que você se afasta do centro em direção aos círculos mais afastados, o status socioeconômico dos

³³ SHECAIRA, 2013, p. 142.

³⁴ Op. cit., p. 143.

³⁵ Op. cit.

³⁶ Op. cit.

³⁷ COULON, 1995, p. 38.

³⁸ Op. cit.

³⁹ SHECAIRA, 2013, p. 148.

moradores aumenta e a taxa de criminalidade da área diminui.⁴⁰ O núcleo desses anéis consiste no *Loop* (primeira zona), uma zona comercial com grandes bancos, lojas de departamento, armazéns, fábricas, etc.; a segunda zona é chamada de Zona de Transição porque se encontra entre o *Loop* e a Zona Residencial (terceira zona). A Terceira Zona guarda forte relação com o *Loop* e a Zona de Transição e é composta por trabalhadores pobres e descendentes de imigrantes, “são pessoas que fugiram da área de decadência, mas que têm interesse em permanecer em local de fácil acesso ao trabalho.” (SHECAIRA, 2013, p. 148). A Quarta Zona é habitada pelas pessoas de classe média em moradias geralmente distribuídas em grandes blocos.⁴¹ Por fim, a Quinta Zona (também chamada de *commuters*) concentra “os estratos mais altos da população, pessoas que a cada dia vão ao centro de manhã para voltar à noite e que se dispõem a gastar de trinta a sessenta minutos nesse trajeto.” (SHECAIRA, 2013, p. 149).

Todos os estudos realizados pela Escola de Chicago foram centrados nessas áreas acima descritas. [...] Foram verificadas, pois, áreas de delinquência, trechos da cidade que apresentavam índices de criminalidade mais pronunciados e que estavam ligados à degradação física, à segregação econômica, étnica, racial, às doenças, etc. (SHECAIRA, 2013, p. 150).

Quem residia perto do núcleo de Chicago, no entorno do *Loop*, mostrou um grau mais elevado de patologia social porque, nas palavras de Melossi (2008), morava numa área em que a mobilidade social, a heterogeneidade e o anonimato eram muito mais altos.⁴² Para os teóricos da Escola de Chicago, essa era a causa para o rompimento dos controles sociais, e principalmente dos controles sociais primários (aqueles que dependem da relação direta e íntima entre indivíduos); porque a mobilidade social, a heterogeneidade e o anonimato dessas áreas transicionais (incluindo-se aí o *Loop*) implicam na impossibilidade da criação de laços duradouros entre indivíduos.⁴³ Em contraposição, nas áreas mais afastadas do *Loop*, como a Quarta e Quinta Zona, por apresentarem reduzidos os fatores mobilidade, heterogeneidade e anonimato, demonstravam taxas de criminalidade menores.⁴⁴

Embora o fator econômico não seja o único responsável pelas altas taxas de criminalidade, é importante salientar que a Zona de Transição é habitada por aqueles

⁴⁰ MELOSSI, 2008, p. 112.

⁴¹ SHECAIRA, 2013, p. 149.

⁴² MELOSSI, 2008, p. 111.

⁴³ Op. cit.

⁴⁴ Op. cit., p. 112.

que têm menos condições financeiras, que não podem sustentar melhores condições de vida. “Por ser uma zona de moradia menos compatível com as exigências humanas, passa a concentrar as pessoas com menos poder aquisitivo que acabam por se sujeitar ao contato com os bordéis, pensões baratas, etc.” (SHECAIRA, 2013, p. 149)

Em Chicago, essa zona de transição se destinou a concentrar a maioria dos imigrantes, criando áreas morais de refúgio (*Chinatown, Little Sicily*). Vê-se, pois, que a segunda zona [Zona de Transição] favorece a existência dos chamados guetos, área quase impenetrável aos desconhecidos (SHECAIRA, 2013, p. 149).

A Zona de Transição é caracterizada pela constante mobilidade de indivíduos, com a saída daqueles que, se ascendem financeiramente, procuram mudar para as zonas residenciais; e a chegada de pessoas que não têm condições de morar em um lugar melhor, como os imigrantes. Nas palavras de Shecaira (2013), a Zona de Transição, por ser uma zona intersticial está sujeita à invasão da expansão do *Loop* e, por isso, é objeto de degradação constante. “Está também sujeita à mobilidade da população, sempre disposta a abandonar a proximidade com a zona degradada pelo barulho, agitação, mau cheiro das indústrias, etc.” (SHECAIRA, 2013, p. 149) É justamente na Zona de Transição que se encontra concentrado o conceito de desorganização social, já que a constante mobilidade de indivíduos não permite que sejam criados laços efetivos de comunidade e vigilância entre vizinhos. Os indivíduos que nela residem não conhecem seus vizinhos e não se preocupam uns com os outros.

The gaze of their neighbors, or of passers-by, did not control them because they did not know them, often they did not have ways to communicate with them, and they did not consider them anyway as part of their “reference groups” (MELOSSI, 2018, p. 111).

Para os teóricos da Escola de Chicago, esse comportamento era mais comumente encontrado entre os imigrantes de primeira geração (aqueles nasceram em outro país), principalmente homens jovens e solteiros.⁴⁵ Isso se deve ao fato de que os imigrantes, sem melhor opção, passaram a residir na Zona de Transição e se recusavam a se integrar à cultura americana. Mais do que isso, eles se apegavam aos costumes e língua do país de origem, fugindo ao “controle” social que poderia surgir da integração com a sociedade local.⁴⁶ Esse apego aos costumes e tradições ao país

⁴⁵ MELOSSI, 2008, p. 112.

⁴⁶ Op. cit.

de origem por parte dos imigrantes fez surgir nas Zonas de Transição de Chicago os enclaves étnicos (*Chinatown, Little Sicilly, etc.*), onde as taxas de criminalidade eram elevadas.

O movimento contrário, porém, também ocorria. Na medida em que os imigrantes iam se integrando à uma área “mais estabelecida” (MELOSSI, 2008, p. 111) da cidade de Chicago, eles passavam a se ajustar à influência cultural pertencente àquela área em questão⁴⁷, comprovando a teoria ecológica e tornando-se caro objeto de estudo dos teóricos da Escola de Chicago.

2.3 DESORGANIZAÇÃO SOCIAL E IMIGRAÇÃO ITALIANA

A Chicago do início do século XX, dentre tantas cidades americanas, constituiu um atrativo aos imigrantes em função das suas fábricas, pátios de estocagem, ferrovias e hidrovias que a deixavam em privilegiada posição no Centro-Oeste americano.⁴⁸ Os imigrantes estavam afluindo em dezenas de milhares nessa cidade que, àquela época, apresentava o maior crescimento urbano nos Estados Unidos.⁴⁹

Para além do intenso fluxo migratório, contemporâneo ao momento em que a Universidade de Chicago estava sendo fundada, deve-se ter em mente que os imigrantes consistiam em precioso objeto de estudo para os teóricos da Escola de Chicago. Eles concentram características muito próprias de um determinado grupo social, ao mesmo tempo em que entravam em conflito com o grande centro urbano que se tornou Chicago no século XX. A distância do país de origem, a ausência do reconhecimento da cultura local, bem como as condições maçantes do grande centro urbano (que, nesse caso, é Chicago, mas poderia ser qualquer grande cidade americana na virada do século XX) condensam nos grupos migratórios as teorias desenvolvidas pela Escola de Chicago.

A questão da integração e assimilação dos imigrantes aos Estados Unidos, evidentemente, foi central em um país constituído aos poucos sobre vários sedimentos migratórios, particularmente importantes ao longo do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, durante as quais se instaurou intenso debate político sobre a questão da americanização dos imigrantes

⁴⁷ MELOSSI, 2008, p. 111.

⁴⁸ Op. cit., p. 104.

⁴⁹ Op. cit.

antigos, por um lado, e sobre a oportunidade de se continuar autorizando um fluxo migratório importante, por outro lado (COULON, 1995, p. 29).

Alain Coulon (1995) inclusive acredita que o interesse da Escola de Chicago pelos imigrantes é o responsável pelo desenvolvimento de conceitos característicos dessa escola, como a desorganização social. Os imigrantes também se destacam como objeto de estudo porque, se no país de origem eles não tinham comportamentos desviantes, nos Estados Unidos eles têm a chance de adotar condutas criminosas.⁵⁰ Shecaira (2013) defende que isso aconteceu porque nos países de origem os imigrantes estavam sob controle informal, proveniente das pequenas comunidades rurais; e quando vieram para a América, se depararam com o anonimato e ausência de laços sociais proporcionados pelo grande complexo urbano.⁵¹

É, portanto, impossível falar em Escola de Chicago e desorganização social sem falar de imigração - principalmente italiana. A cidade Chicago foi cindida no imaginário popular às famílias mafiosas de italianos ou seus descendentes, principalmente na época da proibição da venda e consumo de bebida alcoólica nos Estados Unidos (de 1920 a 1933)⁵². Para entender esse grande fluxo migratório italiano que invadiu a América na virada do século XX e décadas seguintes, há que se lembrar dos motivos que levaram centenas de milhares de italianos a procurar uma vida melhor no outro lado do Atlântico.

No sul da Itália, como aponta Melossi (2011), os italianos que se opunham ao exército do Norte e aos *massari* locais (precursores do que seria a máfia), estavam cansados de lidar com sua arrogância, procurando uma saída pelos portos de Nápoles e Palermo. A emigração italiana para os Estados Unidos era encarada, tanto pelos italianos do Norte quanto pelos italianos do Sul, como um comportamento substituto ao crime, “um gesto de revolta contra uma situação que era percebida como imutável.” (MELOSSI, 2008, p. 104)

Uma vez em Chicago, a maneira como os imigrantes italianos foram recebidos influenciou no modo como se organizaram e passaram a se comportar. A comunidade italiana teve enormes dificuldades para se integrar aos Estados Unidos e à cultura

⁵⁰ SHECAIRA, 2013, p. 147.

⁵¹ Op. cit.

⁵² CARTER, 2007, p. 9.

americana, em grande parte devido ao preconceito que sofreram.⁵³ Nas palavras de Melossi (2008), a desvantagem do imigrante quando chegou à Chicago daqueles dias era principalmente de natureza socioeconômica e cultural, o que o colocou no fundo da estratificação social.

A maioria [dos imigrantes] provinha do sul da Itália e era composta de (*sic*) camponeses. Acostumados a uma vida difícil em seu país natal, nas mãos de seus senhores, eles instintivamente evitavam as instituições oficiais e encaravam organizações como a polícia ou o governo local com extrema desconfiança. Em vez disso, contava e depositavam sua confiança em suas famílias e, posteriormente, em seus chefes comunitários locais (CARTER, 2007, p.8).

Assim, os imigrantes se organizaram precariamente entre si nas zonas de transição, por meio da criação de enclaves étnicos, áreas que apresentam altas taxas de criminalidade. “(...) A maioria dos imigrantes preferiu ficar ligada aos seus próprios compatriotas e aceitar suas próprias regras, estabelecidas pela ‘*Cosa Nostra*’.” (CARTER, 2007, p. 8) Ou seja, mesmo com a integração dos imigrantes entre si, há crescimento de condutas delituosas. Para Melossi (2008), portanto, não se pode dizer que integração é o oposto de criminalidade. Pelo contrário, a integração pode significar integração a específicas condutas e tradições criminosas, por isso há grupos de imigrantes que apresentam taxas mais elevadas de criminalidade (famílias mafiosas) do que outros imigrantes⁵⁴ que se restringiram às tradições e cultura do país de origem.

Outro aspecto que diz respeito aos imigrantes e que não podia ser observado nos outros moradores de Chicago são as oportunidades de trabalho. Aos imigrantes, com sua desvantagem socioeconômica e cultural, sobravam os trabalhos que os americanos da classe média ascendente já não queriam fazer.

Immigrants and the shadiest activities – types of works that natives did not want to do anymore – were then both increasingly located in such area, the one the Chicago sociologists called area of transition. Here one could find specific “ethnically” specialized services, such as “Chinese” laundries, as well as the skid-row and red-light districts. [...] Later on, during Prohibition, this was the area of the speakeasies [locais onde se vendiam bebidas alcoólicas clandestinamente], with the “gangsters” holed up inside (MELOSSI, 2008, p. 114).

A ausência de um programa governamental que recebesse devidamente os imigrantes, a diferença cultural e a ausência de recursos financeiros “jogaram” os imigrantes nas Zonas de Transição de Chicago (*Loop* e Segunda Zona). E, como já

⁵³ CARTER, 2007 p. 8.

⁵⁴ Op. cit.

demonstrado, as Zonas de Transição, por si só, apresentam fatores (grande mobilidade social, heterogeneidade e anonimato) que influenciam seus residentes a incorrer em condutas delituosas. É com essa conjunção única de fatores que os imigrantes italianos fizeram prosperar as famílias de mafiosos (que surgiram na Sicília) em Chicago, referências quando se pensa em crime organizado. “A Máfia (...) proporcionava não apenas camaradagem, mas o tipo de poder com que a maioria dos recém-chegados à América só podia sonhar.” (CARTER, 2007, p.10) Some-se a isso a promulgação da lei federal americana que proibia a venda e consumo de bebida alcóolica nos Estados Unidos (Lei Seca) e pode-se entender a multiplicação de gângsters e assassinatos na cidade Chicago a partir da década de 20.

Chamada de “Nobre Experiência” por Herbert Hoover, a 18ª Emenda à Constituição, mais conhecida como Lei Seca ou Ato de Volstead, entrou em vigor em 17 de janeiro de 1920, proibindo a fabricação, venda, transporte e consumo de todas as substâncias que contivessem álcool. Naturalmente, embora alguns setores da sociedade, como a União das Mulheres da Temperança Cristã e a Liga Antibares, tenham apoiado a nova lei, a maioria do público escarnecia dela abertamente, proporcionando aos gângsters a oportunidade perfeita para ganhar enormes quantias (CARTER, 2007, p. 9).

De fato, os gângsters italianos não só se beneficiaram da fabricação e venda de bebidas alcólicas no período da proibição, como utilizavam os locais de venda (*speakeasies*) para dar impulso às suas outras atividades criminosas – jogo ilegal e prostituição.⁵⁵ Com esse ambiente propício para a ilegalidade, não tardou para Chicago se tornar uma cidade extremamente violenta, com altos índices de assassinato e corrupção das instituições locais, como a polícia e os órgãos de repressão, que passaram a aceitar suborno dos gângsters e chefes de máfia.⁵⁶

Se na *Little Sicily* o crime estava institucionalizado, os imigrantes italianos que conseguiam se mudar desse enclave deixavam para trás os desvios de conduta. Na medida em que os imigrantes mudavam de uma zona para a outra, eles deixavam para trás as características da zona antiga e passavam a exibir conduta condizente com a nova área de residência.⁵⁷ Para Melossi, a mais importante contribuição da Escola de Chicago para a sociologia do crime foi a conclusão de que as “características desviantes são propriedade do ambiente e não de determinados grupos ou indivíduos.” (MELOSSI, 2008, p. 114)

⁵⁵ CARTER, 2007, p. 9.

⁵⁶ Op. cit.

⁵⁷ MELOSSI, 2008, p. 114.

Vamos analisar, agora, que ambiente os imigrantes italianos encontraram no Brasil e se seus comportamentos podem ser justificados pelas teorias da Escola de Chicago.

3 IMIGRANTES ITALIANOS NO BRASIL

3.1 CHEGADA

Na mesma década da fundação da Universidade de Chicago pode-se observar que o fluxo migratório de italianos em direção ao Brasil se acentuou. Se antes de 1888 já podiam ser observados tímidos movimentos de italianos em direção ao Brasil⁵⁸, é só a partir da abolição da escravatura que se pode falar em corrente migratória. A relação entre os dois eventos é evidente. Enquanto os Estados Unidos da virada do século XX estavam em pleno desenvolvimento industrial, com cidades como Chicago despontando no cenário econômico, o Brasil ainda era agrário e rural. A promulgação da Lei Áurea em 1888 trouxe consigo a necessidade de substituição da mão-de-obra escrava no trabalho da lavoura – principalmente cafeeira⁵⁹. Os italianos, que já estavam dispostos a emigrar de seu recentemente unificado país, viram no Brasil oportunidade de vida nova.

Era bem compreensível, portanto, que, conseguida a unificação política da península [Itálica] e frente a uma saturação demográfica e uma crise econômica agravada pelo grave problema do pauperismo, povo e governantes olhassem para emigração, uns como a possibilidade de abertura de novos horizontes para a sua capacidade de trabalho, outros como a abertura de uma válvula de segurança que teria permitido aliviar uma situação considerada fundamentalmente perigosa para um novo governo (CENNI, 2011, p. 215).

Os italianos que permaneciam na península Itálica, no entanto, viam com maus olhos aqueles que dela emigravam. Os italianos emigrantes eram taxados de fugitivos, “considerados como eternos descontentes, num ambiente em que os conservadores enalteciam como sendo o melhor possível, enquanto procuravam identificar as ambições emigratórias com falta de patriotismo.” (CENNI, 2011, p. 213) O fato é que na virada do século XX a unificação italiana ainda era evento recente⁶⁰ para os italianos, que por isso careciam de sentimentos patrióticos. Some-se a isso à pobreza

⁵⁸ CENNI, 2011, p. 207.

⁵⁹ Op. cit., p. 212.

⁶⁰ A Unificação Italiana ocorreu na metade do século XIX, em 1852.

em que estavam submetidos os italianos do Sul, o assédio que sofriam do exército do Norte e dos *massari*,⁶¹ e ao incentivo do governo brasileiro, que precisava de mão-de-obra nas lavouras, e pode-se perceber porque os italianos constituíram a maior onda migratória que o Brasil recebeu.

Uma vez no Brasil, os italianos foram direcionados aos grandes latifúndios de café, principalmente no estado de São Paulo e na região Sul, onde deveriam garantir o cultivo e colheita do principal produto de exportação do país à época. Nas palavras de Franco Cenni (2011, p. 219), “para a terra paulista os italianos vinham em sua maioria com famílias já constituídas, contratados para a lavoura do café, que requeria um esforço constante (...)”. Essa é uma das principais diferenças, de acordo com o autor, entre os imigrantes italianos que foram para os Estados Unidos e os imigrantes italianos que vieram para o Brasil. Para os Estados Unidos iam, em sua maioria, os solteiros (*birds of passage*), que procuravam ganhar dinheiro fácil para, quem sabe, começar melhor vida na Itália.⁶² O imigrante italiano que veio para o Brasil, pelo contrário, quase sempre emigrava com a família e “manifestava um nítida tendência em radicar-se.” (CENNI, 2011, p. 214). Outra diferença apontada pelo autor é, como já foi dito, que os italianos que migraram para a América na virada do século XX dirigiram-se quase que totalmente às zonas industriais, “enquanto apenas uma minoria absoluta se dedicava à agricultura.”(CENNI, 2011, p. 214) Vimos que no Brasil desse período, além de não haver grandes zonas industriais, a agricultura constituía no principal atrativo para os italianos.

3.2 ITALIANOS E CONTROLE SOCIAL NO BRASIL AGRÍCOLA

Se o ambiente e seus fatores influenciam o comportamento dos indivíduos (nos ensinamentos da Escola de Chicago), no Brasil do fim do século XIX e início do século XX os italianos não podiam encontrar maior semelhança com o país de origem. Vimos que a maioria da emigração italiana vinha do Sul, que era fortemente agrário num país que ainda não tinha encontrado os rumos da industrialização.⁶³

A população italiana agrícola representava, naquela época, cerca de 40% dos habitantes com mais de dezenove anos. O aumento nos preços de primeira necessidade podia ser compensado em parte com um aumento de salário

⁶¹ MELOSSI, 2008, p. 104.

⁶² CENNI, 2011, p. 214.

⁶³ “No fim do século XIX e início do século XX não se tinha ainda manifestado, na Itália, o surto da industrialização.” (CENNI, 2011, p. 215)

para os operários de uma indústria ainda incipiente, mas não para os agricultores, que se viram obrigados a recorrer às greves, fato que determinou vertiginoso aumento no número de emigrantes provenientes das províncias meridionais (CENNI, 2011, p. 215).

Das lavouras italianas os imigrantes foram transferidos às lavouras cafeeiras do Brasil, proporcionando àqueles que chegavam sensação de familiaridade com a nova pátria. Além de morar em ambiente rural, o imigrante italiano tinha trazido sua família, que, como vimos, constitui importante fator de controle social.

O ambiente rural, por si só, exerce maciço controle social sobre os indivíduos, uma vez que as pequenas comunidades rurais são compostas por membros que se conhecem e se relacionam, criando laços estreitos, senso comunitário e vigilância. “O mundo da cidade surge, assim, em radical contraste com a comunidade rural tradicional, de natureza intrinsecamente coercitiva e com um monismo rígido de modelos de ação.” (ANDRADE; DIAS, 1997, p. 269)

O núcleo familiar, por sua vez, além de manter controle social no imigrante italiano que veio para o Brasil, se mostrou de fundamental importância no trabalho das lavouras de café, que demandavam grande esforço “pois exigia a manutenção do terreno, que necessitava de quatro a cinco escarpas de enxada por ano, durante o período de outubro a março, estação das chuvas.” (CENNI, 2011, p. 219)

Outro fator que contribuiu para a gritante diferença de comportamento entre os italianos que emigraram para os Estados Unidos e os italianos que emigraram para o Brasil é a língua. A semelhança entre o italiano e o português, línguas latinas, é inegável, enquanto que o inglês, de origem anglo-saxã, é ininteligível ao imigrante sem prévio contato com a língua. O fato de o italiano e o português serem línguas até certo ponto muito parecidas, foi sem dúvida um fator contributivo na socialização e integração dos italianos no Brasil. A Escola de Chicago se debruçou sobre a influência da linguagem no controle social. Mills e Mead, como lembra Melossi, foram os principais autores que relacionaram a importância da língua para o controle social.⁶⁴ “Conversação, palavras, ou seja, nosso pensamento, nunca estão muito longe da organização social e do aspecto prático da vida social.” (MELOSSI, 2008, p. 119) As palavras, para Mills e Mead, nunca se resumem apenas à descrição porque elas estão enraizadas numa prática histórica, cultural e social. Não é possível, portanto, imaginar

⁶⁴ MELOSSI, 2008, p. 119.

uma forma de organização social dissociada do discurso que a descreve.⁶⁵ A barreira da linguagem, portanto, justifica não só a dificuldade dos imigrantes italianos de se integrarem aos Estados Unidos, mas representa mais um laço de controle social rompido, contribuindo para os desvios de condutas que não ocorreram no Brasil. Para Mead, o processo do indivíduo que quer entrar numa “sociedade maior” passa pela compreensão de um conjunto de “objetos sociais” que constituem o universo da pessoa. Para que o indivíduo alcance esse objetivo, ele deve passar por um processo mediado por símbolos e linguagem.⁶⁶ É de se notar, portanto, que, numa sociedade como a americana do início do século XX, onde predominava o preconceito contra os imigrantes, e a recusa destes em aprender a língua local propiciaram um ambiente de exclusão e segregação (enclaves étnicos). Em contrapartida, no momento em que os imigrantes italianos ascenderam financeiramente e passaram em morar em áreas mais afastadas do *Loop*, eles não só se integraram ao comportamento como a língua local, reforçando esse importante elo de controle social. Mead defende que o processo de aprendizagem da língua e a prática da linguagem, ou seja, o processo de comunicação, é “um princípio de organização social” que torna a “atividade cooperativa” possível.⁶⁷

Oportuno destacar, aqui, que além de linguagem similar à sua, o imigrante italiano encontrou no Brasil recepção muito mais calorosa. O fato de se saberem necessários deve ter contribuído, em muito, para o desejo de integração dos italianos ao ambiente brasileiro. Enquanto os americanos prescindiam dos imigrantes, eles eram essenciais no Brasil pós-escravocrata. Tanto que os italianos chegaram aqui trazidos pelo governo brasileiro, em parceria com a iniciativa privada, que carecia urgentemente de mão-de-obra.⁶⁸

Essa ação combinada do governo com a iniciativa privada concretizou-se e desenvolveu-se sob a forma de companhias ou sociedades de colonização (organizadas e subsidiadas pelo Estado) e de contratos para a introdução de imigrantes realizados entre governo e essas sociedades ou com empreendedores nacionais e estrangeiros (CENNI, 2011, p. 208).

Os empreendedores que ficaram encarregados de trazer “o braço italiano” para a lavoura deveriam cumprir uma série de exigências, dentre as quais providenciar a

⁶⁵ MELOSSI, 2008, p. 119.

⁶⁶ Op. cit., p. 121.

⁶⁷ Op. cit.

⁶⁸ CENNI, 2011, p. 207.

todos os imigrantes transporte em “navios de primeira categoria, com todas as precauções.” (CENNI, 2011, p. 207) E “os imigrantes deveriam ter um exato conhecimento das obrigações e das vantagens decorrentes de seus embarques.” (CENNI, 2011, p. 208) Vê-se, portanto, que a vinda dos italianos ao Brasil no período entre fim do século XIX e início do século XX foi cercada de garantias e de expectativas de trabalho e possibilidade concreta de permanência, condições que não encontraram nos Estados Unidos.

Mais uma diferença relevante que torna a experiência americana contrastante da brasileira para os imigrantes italianos desse período são as oportunidades de moradia. Na América da virada do século XX havia plena e franca industrialização, com o crescimento vertiginoso de centros urbanos como Chicago, onde os imigrantes italianos tinham que competir por recursos e espaço com os moradores locais e outros imigrantes europeus. No Brasil, que à mesma época era essencialmente rural, não faltavam terras produtivas e espaço para fixar residência.

Na fazendas, os imigrantes, quando já não as encontravam, construíam suas casinhas típicas, geralmente pintadas de branco e rodeadas de pomares, de paiões, de chiqueiros e de pequenos pastos, constituindo pequenos domínios encravados nos latifúndios (CENNI, 2011, p. 220).

Mais do que encontrar trabalho e moradia no Brasil, os italianos com o tempo passaram a ser eles mesmos proprietários de terra. “De fato, após curtos estágios nas fazendas, a fim de melhor se aclimatarem, amealhando pecúlio e familiarizando-se com a língua, os usos e os costumes, muitos imigrantes tornavam-se pequenos proprietários (...).” (CENNI, 2011, p. 208)

Para além do ambiente agrícola semelhante ao que deixaram na Itália, da similitude entre sua língua materna e o português, da recepção calorosa por parte dos brasileiros e das oportunidades de moradia, os italianos encontraram aqui um fator essencial para a sua integração ao Brasil: o catolicismo. A religião predominante no Brasil é a católica (de acordo com o último censo do IBGE, 64% dos brasileiros se declararam católicos)⁶⁹ e, na virada do século XX não era diferente. A disseminação da religião católica em terras brasileiras remonta ao descobrimento. “O catolicismo foi trazido por missionários que acompanharam os exploradores e colonizadores portugueses. Na época, o estado controlava a atividade eclesiástica. Sustentava a igreja,

⁶⁹ COUTO, 2012, não p.

nomeava bispos e párocos e concedia licenças.”⁷⁰ Lula Couto (2012), destaca que a própria chegada dos portugueses foi acompanhada de um evento religioso. Os portugueses, além de explorar as novas terras, queriam evangelizar os nativos, “expandir a fé católica”. (COUTO, 2012, não p.) Essa expansão, como se sabe, foi bem-sucedida. Durante os séculos seguintes houve a proliferação de igrejas e capelas em todo o território nacional e a maioria dos nossos feriados estão ligados a eventos católicos, como a Páscoa, Corpus Christi, Finados, etc. É inegável, portanto, a maciça influência que a religião católica exerceu no Brasil e seus costumes. Nem a Proclamação da República, em 1889 – mesmo período do intenso fluxo migratório de italianos – e a consequente laicização do Estado brasileiro diminuiu o poder e influência da Igreja Católica.

Quando se fala em Itália, a identificação com o catolicismo é imediata. Em 313 o Imperador Constantino proclamou o Édito de Milão, concedendo a liberdade de culto a qualquer deus, pondo fim à perseguição que os católicos sofriam até então.⁷¹ A expansão do catolicismo se acelerou e, em 380, quando o Imperador Teodósio I tornou a religião católica a religião oficial do Império Romano⁷², ele tornou-se dominante na Península Itálica. Quando da onda emigratória, portanto, a esmagadora maioria dos italianos era católica – mesmo depois da laicização do Estado promovida pela Unificação.

Depois que tropas italianas tomaram a cidade [de Roma], em 1870, o cenário nacional se transformou. Mosteiros foram convertidos em prédios governamentais e escolas. (...) Embora a Igreja não governasse mais a cidade, Roma ainda parecia ter um templo católico em cada esquina. Padres de batina negra, freiras de hábito, dominicanos tonsurados com seus mantos brancos, (...) e um caleidoscópio de eclesiásticos de todos os tipos congestionavam as ruas da cidade (KERTZER, 2017, p. 72-73).

Assim, quando chegaram ao Brasil, os italianos já possuíam importante característica de identificação com os moradores locais. A religião não é só um pesado fator de controle social, uma vez que dita os comportamentos e crenças dos indivíduos, é um importante fator de integração. Italianos e brasileiros passaram a se relacionar não só na esfera do trabalho, mas no âmbito espiritual. Compartilhavam a crença nos mesmos dogmas e praticavam os mesmos ritos.

⁷⁰ COUTO, 2012, não p.

⁷¹ VASCONCELLOS, 2018, não p.

⁷² Op. cit.

Nos Estados Unidos não podia ser mais diferente. A religião predominante no país é, ainda hoje, o protestantismo, que possui crenças e práticas profundamente diferentes da Igreja Católica. Nas palavras de Melossi (2008, p. 97), “In the Protestant New England mold of American culture – a mold that still has a firm grip on the essentials of American culture – there is no place for the fuzzy, authoritarian, and deeply conservative indulgence of Catholicism.”

Ou seja, a diferença entre protestantismo e catolicismo não reside apenas em crenças e rituais, mas em comportamentos sociais. Assim, se a religião católica foi um importante elo de conexão entre italianos recém-chegados e brasileiros, nos Estados Unidos se apresentou como mais um fator de dissonância cultural e isolamento.

4 CONCLUSÃO

Por tudo o que foi demonstrado, podemos perceber que a diferença de ambiente e fatores sociais que apresentavam o Brasil e os Estados Unidos da virada do século XX influenciou nas condutas que os imigrantes italianos apresentaram nesses dois países.

Em Chicago, os italianos se viram obrigados a morar nas Zonas de Transição, ambientes de elevada mobilidade social, heterogeneidade e anonimato. Some-se a isso o preconceito com que foram recebidos, as diferenças linguísticas e de religião, a constante luta por recursos e espaço escassos e pode-se perceber porque os enclaves étnicos dos imigrantes italianos apresentaram altas taxas de criminalidade. Em seguida, a promulgação da 18ª Emenda à Constituição americana, proibindo a venda e o consumo de bebidas alcoólicas impulsionou as atividades do crime organizado, possibilitando a multiplicação e domínio de famílias mafiosas na Chicago dos anos 20 e 30. Na medida em que esses imigrantes iam ascendendo socialmente, contudo, observou-se que mudavam de zonas, afastando-se do *Loop* e dos desvios comportamentais dessa área. Passavam a adotar conduta condizente com a nova área de residência e a se integrar à cultura americana, aprendendo a língua e reproduzindo costumes (fatores de controle social), comprovando a teoria do *gradient tendency*, de que na medida em que nos afastamos do *Loop* e das zonas transicionais da cidade, as taxas de “patologia social” vão diluindo.

No Brasil, o ambiente encontrado pelos imigrantes italianos foi diametralmente oposto. Os emigrados, embora tivessem o mesmo motivo para atravessar o oceano, encontraram aqui garantia de trabalho nas lavouras cafeeiras, ambiente rural semelhante ao que deixaram na Itália e possibilidades concretas de moradia. O ambiente rural, para além de lembra-los da Itália que ainda lutava para se industrializar, representou papel central no controle social dos imigrantes. Vimos que nas áreas rurais, em que toda a pequena comunidade se conhece e forma laços entre si, há importante fator de vigilância e controle social. Por isso o ambiente rural era comumente utilizado como antítese das teses da Escola de Chicago, que tomou as grandes cidades como ambiente de estudo para o desenvolvimento de pesquisas sociológicas. Além disso, vimos que o fator linguístico, imprescindível no controle social, como demonstrado por Mills e Mead, colaborou para a integração dos italianos ao Brasil. A forma como foram recebidos – como importante e necessária mão-de-obra – também ajuda a explicar o maior interesse dos italianos de se incorporarem nos costumes e cultura locais. Por fim, mas não menos importante, a religião católica (que, como toda religião, consiste num massivo controle social) representou forte elo cultural que se tornou a base das relações amistosas entre italianos e brasileiros.

5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. da C.; DIAS, J. de F. Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.

CARTER, Lauren. Os gângsters mais perversos da história. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

CENNI, Franco. Italianos no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

COULON, Alain. A Escola de Chicago. Tradução Tomás R. Bueno. Campinas: Papyrus, 1995.

COUTO, Lula. Professor de História explica a presença da igreja católica no Brasil. G1 Pernambuco. Disponível em: < <http://g1.globo.com/pernambuco/vestibular-e-educacao/noticia/2012/10/professor-de-historia-explica-presenca-da-igreja-catolica-no-brasil.html> >. Acesso em: 05 nov. 2018.

KERTEZER, David I. O papa e Mussolini: a conexão secreta entre Pio XI e a ascensão do fascismo na Europa. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

MELOSSI, Dario. Controlling Crime, Controlling Society. Thinking about crime in Europe and America. Cambridge: Polity Press, 2008.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia – 5 ed. rev. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2013.

VASCONCELLOS, Pedro. Como foi a Conversão do Império Romano ao Cristianismo? Super Interessante. Mundo Estranho. Disponível em: < <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-foi-a-conversao-do-imperio-romano-ao-cristianismo/> > Acesso em: 4 nov. 2018.